



RAZÕES INSTITUCIONALISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Bruno Trentin

Adriano Lago

RESUMO

A partir dos principais conceitos e abordagens da Economia Institucional, objetiva-se estudar como as instituições influenciam no desenvolvimento econômico. Procura-se explicitar o núcleo teórico das abordagens institucionalistas e a partir dele trazer os diferentes conceitos de instituições do Antigo Institucionalismo, Nova Economia Institucional e Neoinstitucionalismo. Identificando o papel das instituições e da ação individual ou em organização, nas trajetórias de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Com ênfase na Nova Economia Institucional e no conceito recente de Instituições Inclusivas e Extrativas, analisa-se como as regras do jogo estruturam as interações humanas na política, na sociedade e principalmente na economia. Partindo da economia institucional analisa-se como se dá o aprimoramento destas instituições e como estas mudanças moldam o rumo da história de desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um determinado país ou região.

Descritores: Instituições; Estado; Organizações e Desenvolvimento Econômico.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento econômico é um conceito que evoluiu muito e frequentemente está relacionado com a qualidade das instituições do país ou região para explicar a prosperidade ou o regresso. Ocorre que muitas vezes não há sequer uma distinção clara do que é desenvolvimento econômico, organização e instituição e como se relacionam na economia e sociedade.



O crescimento dos países teve ao longo do tempo algumas métricas, tais como a mercantilista que considerava rico aquele país que possuía a maior quantidade de metais preciosos. Os fisiocratas tinham a agricultura como única fonte de riqueza, diminuindo a importância dos demais setores que somente transformavam ou circulavam a riqueza já gerada.

Os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo, e Karl Marx estudaram os mecanismos de funcionamento do capitalismo como modo de produção e como ele era capaz de gerar riqueza ou pobreza das nações. Em maior ou menor carga ideológica os autores analisaram os malefícios e benefícios gerados pela propriedade privada, preços, divisão do trabalho e apropriação da renda.

A partir de um determinado momento as questões do desenvolvimento econômico passaram a buscar respostas satisfatórias além do mercado. Esta nova análise compreendida a partir das instituições levam em conta a história, a psicologia e a biologia para incrementar suas análises, pois o equilíbrio estático e a racionalidade ilimitada dos indivíduos, assim considerado pela economia neoclássica passaram a ser relativizados (CONCEIÇÃO, 2001).

O trabalho tem como objetivo analisar com base nas contribuições da Economia Institucional como o arranjo institucional interfere no desenvolvimento econômico. Para isso imperioso destacar como cada teoria institucionalista analisa a evolução, interação e formação de determinado ambiente institucional.

Destaca-se os principais conceitos e abordagens Institucionalistas, com ênfase na Nova Economia Institucional justamente pela forma mais coerente como se relaciona com a economia neoclássica e com o desenvolvimento econômico. Exemplifica-se com base em pesquisa secundária e revisão de literatura casos em que são relacionados efeitos positivos ou negativos das instituições sobre a estrutura e valores da sociedade relacionando-os com desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Colaciona-se o desdobramento em instituições inclusivas e extrativistas, termos usados por Daron Acemoglu e James Robinson (2012) nas análises sobre as trajetórias da origem do poder, da prosperidade e da pobreza a partir desta classificação.



Sempre procurando compreender as trajetórias de desenvolvimento econômico com base no que North (1990) designou como “as regras do jogo”, analisa-se como o Estado, enquanto ente distante do cidadão ou como servidor público a nível local influenciam no desenvolvimento. Instituições formadas por organizações, indivíduos, Estado e mercado determinam o ambiente de desenvolvimento e prosperidade. Então por que não adotar instituições certas ou inclusivas?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A qualidade da matriz institucional passou a ser justificativa para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico dos países. Analisar desta forma possibilita compreender porque países com processos de formação econômica, política e culturas praticamente iguais, terem trajetórias de desenvolvimento completamente diferentes (SIMÕES, 2014).

Afirma Conceição (2001), que as trajetórias de crescimento são distintas e o processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento tem raízes históricas, a moderna teoria institucional analisa como as instituições que fornecem a estrutura para uma trajetória positiva ou negativa (CONCEIÇÃO, 2001).

Atribuir às instituições as razões para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento é tarefa fácil, difícil tem sido no curso da história estabelecer um conceito central para instituições. Muitas vezes o termo é usado com impropriedade confundindo com o que seria o Estado ou organizações (públicas ou privadas).

No conceito de Douglass North (1990) instituições são as restrições humanamente concebidas que estruturam a interação política, econômica e social. Podem vir representadas em restrições informais (reprovação de comportamento, decoro, hábitos, costumes e tradições) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade e no *enforcement*) conceito esse diferente de organizações.

Instituições eficientes formam-se a partir de regras formais e informais em interação, que juntas limitam e impõem regras a interação dos indivíduos em sociedade (NORTH, 1990). Por *enforcement*, entende-se que são as garantias de execução de que as regras estabelecidas formal ou informalmente venham a ser efetivamente cumpridas (PIAIA, 2013).



Os primeiros estudos, nesta perspectiva foram com Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, que são críticos ao pensamento neoclássico, mantendo, contudo compatibilidade com o pensamento de Marx, Keynes e Schumpeter. Seu núcleo de pensamento relaciona aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução considerando as especificidades históricas (CONCEIÇÃO, 2001).

Segundo Conceição (2001) qualquer abordagem institucionalista deve ter como ponto de partida *path dependence* (dependência do caminho ou dependência da trajetória), reconhecer o caráter diferenciado do desenvolvimento econômico e supor que no ambiente econômico existe incertezas, riscos, disputas e antagonismos.

Compreender a dependência da trajetória possibilita ajustar o conjunto de escolhas e decisões através do tempo, podendo moldar o futuro com essa compreensão do passado. O futuro pode ser alterado no presente, pelos empreendedores públicos e econômicos, que buscando maximizar seus benefícios individualmente alteram as restrições formais ou informais. Estas rupturas podem ocorrer, em muito tempo podem mudar a história, mas não inverter a sua direção (NORTH, 1990).

O conceito de *path dependence* sugere que o passado ser reproduz no presente com características positivas ou negativas conduzidas no curso do tempo pelas instituições. Evolução ou ruptura na trajetória são comandadas por mudanças nos modelos de comportamentos e hábitos dos indivíduos. “A *path dependence* significa que a história importa. Não podemos compreender as escolhas de hoje (e defini-las na modelagem do desempenho econômico) sem traçar a evolução incremental das instituições.” (NORTH, 1990, p. 100)

O conceito de *path dependence* na análise do desenvolvimento econômico só tem significado se compreendido em conjunto com a análise histórica (SIMÕES, 2014). E é justamente este contexto que faz com que a transposição de modelos ou experiências positivas em termos de desenvolvimento econômico não necessariamente produzirão os mesmos resultados em países subdesenvolvidos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

A análise das razões do desenvolvimento ou subdesenvolvimento para a economia institucional é a partir da história, mas muito mais sobre hábitos, normas e regras do que sobre os instrumentos econômicos. Justamente sobre as questões políticas e culturais que



contribuem para a formação de hábitos, costumes e regras que moldam e são moldados pelas instituições (SIMÕES, 2014).

A economia institucional diz que o mercado é uma instituição socialmente construída e não como um produto da “ordem espontânea”. Sobre esta perspectiva recai a análise econômica sobre as transações, as organizações, as leis, os costumes, a tecnologia, o Estado, entre outras instituições. As políticas públicas, o desenvolvimento econômico e a evolução das instituições são analisados simultaneamente, para o bom entendimento das relações econômicas (AREND e CARIO, 2010).

A abordagem institucionalista critica a teoria neoclássica, principalmente a construção neoclássica sobre a escolha individual e racionalidade maximizadora, definido a partir da análise institucionalista uma visão sistêmica, evolucionista com processos contínuos e transformação dinâmica (HODGSON, 1994).

Inovação e evolução são conceitos centrais na análise institucionalista que possui um núcleo duro comum, entretanto uma variada forma de interpretações (CONCEIÇÃO, 2001). Estudos evoluíram desde as três correntes principais no pensamento institucionalista: o Antigo Institucionalismo norte-americano, o Neoinstitucionalismo e a Nova Economia Institucional.

2.1 O Antigo Institucionalismo

Os antigos institucionalistas, reivindicaram às instituições importância central na evolução da economia. Ficaram conhecidos como evolucionários, pois negavam a noção de equilíbrio ou ajustamento marginal, características da escola neoclássica e por fazerem relação da economia com princípios da biologia, como adaptação e evolução (CONCEIÇÃO, 2001)

O Antigo Institucionalismo surgiu no fim do século XIX. A crítica direta era a economia neoclássica, especialmente a concepção de que o indivíduo no mercado era passivo, inerte e descolado da realidade social. A abordagem tinha caráter evolucionário a partir das ideias da biologia, onde mudança e transformação eram elementos centrais (SIMÕES, 2013).



A “unidade de análise” do pensamento institucionalista são as instituições e não mais o indivíduo como era na abordagem neoclássica. Seu núcleo de análise está nos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, por isso o forte vínculo com a abordagem evolucionária buscando sempre avançar em direção à constituição de uma teoria da dinâmica das instituições (CONCEIÇÃO, 2001).

Segundo Conceição (2001), a abordagem institucionalista em Thorstein Veblen centrava-se na crítica a teoria neoclássica em tratar as inovações como “dadas”, desconsiderando suas condições de implantação; crítica ao equilíbrio estável ao invés de procurar compreender como se dá a mudança e o conseqüente crescimento; e a ênfase central dos institucionalistas era a na evolução econômica e transformação tecnológica.

Os “velhos” institucionalistas tratavam as instituições como uma situação presente que molda o futuro, através de seleção e coerção, ditado pela forma como os homens veem as coisas. Ações habituais definem “pontos de vista” através dos quais os fatos e os eventos são percebidos. As instituições criam determinadas formas de seleção e de compreensão dos valores social e esta é a semelhança do papel das instituições com o pensamento evolucionista (CONCEIÇÃO, 2001).

Thorstein Veblen, conceituava instituições como “a forma de pensar dos homens.” Que embora de curta descrição é um conceito extremamente rico. São as instituições que colocam mecanismos de coerção e seleção, hábitos e rotinas daquele determinado momento histórico, são mutáveis. Aliás em qualquer sistema social há uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, exigindo avaliação e reavaliação de comportamentos que antes eram hábitos ou rotinas, estas mudanças podem ser abruptas ou podem levar vários anos (CONCEIÇÃO, 2001).

2.2 A Abordagem Neoinstitucionalista

Os Neoinstitucionalistas contestavam elementos da Economia Ortodoxa, como a noção de equilíbrio, concepção de que o mercado seria o equilibrador das relações econômicas. Atribuía-m às instituições a organização e estruturação da atividade econômica e não ao mercado, pois distribuição de poder na sociedade e o processo de conhecimento



precisavam ser considerados mais importantes e complexos do que controle, alocação e regulação da economia (SIMÕES, 2014).

Segundo Conceição (2001), para o Novo Institucionalismo a alocação dos recursos em sociedade não se dá pelo mercado, mas sim pela estrutura organizacional. Esta estrutura e o mercado são instituições integrantes de um ambiente que dão cumprimento as regras formais e informais predominantes. Organização e controle da economia constituem um sistema mais abrangente e complexo do que o mercado. Distribuição de poder, formação do conhecimento, cultura, níveis de renda são variáveis a serem consideradas.

A atividade econômica se realiza dentro de um quadro institucional, onde as instituições são além das organizações: *“São padrões normativos que definem aquilo que as pessoas pensam ser, numa dada sociedade, as modalidades apropriadas, legítimas ou esperadas de ação ou de relacionamento social* (HODGSON, 1994, p. 125).

Instituições são sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e embutidas que estruturam as interações sociais, tais como, moeda, língua, medidas, decoro, empresas. Elas estabilizam as relações sociais, induzem a adotar e pensar que será adotado o comportamento padrão, ou seja, permitem a expectativa e o pensamento ordenado a cerca da ação ou omissão humana (HODGSON, 1994).

Segundo Conceição (2001), a corrente evolucionária é alternativa às correntes principais baseadas no equilíbrio estático de mercado, mantem-se esta premissa neoclássica, entretanto considera-se que as decisões econômicas são tomadas em um processo dinâmico, interativo, não abstrato e cheio de incertezas na tomada de decisões pelas firmas, incertezas estas em menor ou maior grau dependendo do ambiente institucional.

Pode-se destacar algumas considerações que ilustram o campo de análise neoinstitucional, tais como as de que instituições são produto humano mutável e refletem na evolução social e econômica; ênfase nas instituições e na tecnologia como mecanismos de funcionamento e transformação do mercado; que a alocação de recursos está direcionada pelas estruturas de poder aos quais servem os mercados; a cultura é relevante no processo de coevolução, sendo produto da continua relação que grupo e individuo mantem; as



instituições tende a ser democráticas em suas orientações tendo em vista que as estruturas sociais e de poder são desiguais e hierárquicas (CONCEIÇÃO, 2001).

2.3 A Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação

A Nova Economia Institucional teve entre os principais autores Ronald Coase e Oliver Williamson na análise do ambiente microinstitucional e Douglass North com foco no macroambiente institucional. Esta teoria mantém fortes laços com a economia neoclássica, ampliando alguns conceitos, tal como feito a partir dos estudos sobre a natureza na firma no artigo *The nature of the firm* (Coase, 1937) incorporando a função economia de custos de transação como principal objetivo da firma. Mescla história econômica, direito de propriedade, relações de trabalho e organização industrial. O foco de análise é a transação no ambiente da firma, estruturas hierárquicas e sua relação com o mercado (CONCEIÇÃO 2001).

Diferentemente do Antigo Institucionalismo e Neoinstitucionalismo, a Nova Economia Institucional é construída a partir de pressupostos da escola econômica neoclássica, como o foco nos indivíduos, primazia do mercado, escassez e competição. Coase e Williamson desconstruíram ou melhoraram alguns conceitos relacionados ao comportamento e racionalidade dos indivíduos. O agente que era considerado pela Escola Ortodoxa como sendo bom e de racionalidade ilimitada, aqui é tratado com mais realismo, desenvolvendo forte o conceito de racionalidade limitada e oportunismo, que são elementos centrais da Nova Economia Institucional (SIMÕES, 2014).

A Nova Economia Institucional incorpora a teoria das instituições na economia a tendo por base, apenas a modificando de modo a tornar mais próxima do mundo real a economia. Mantem pressupostos da escola ortodoxa, mantendo-se com base em pressupostos fundamentais como a concorrência e escassez. Refuta veementemente a racionalidade instrumental, pois considera que o indivíduo não consegue operacionalizar toda a sua razão nas suas escolhas ou transações (CONCEIÇÃO, 2001).

Busca-se compreender as origens e as funções das firmas e do mercado, analisando como os custos de transação definem os modos de organização dos indivíduos. A firma a partir de Coase (1937) além de ter a função de agrupamento de tecnologia de produção,



passou a ter a função de economia de custos de transação, onde as estruturas hierárquicas são fundamentais para análise das falhas de mercado (WILLIAMSON, 1985).

O antigo institucionalista John R. Commons é um dos fundadores da "economia dos custos de transação", via o conflito nas transações como algo "natural", dado o permanente problema da "escassez" na vida econômica. As instituições seriam mecanismos de ação coletiva que colocariam ordem a estes conflitos (CONCEIÇÃO, 2001).

As transações e seus respectivos custos são os objetivos pelos quais os indivíduos tendem a explorar a atividade econômica no âmbito da firma. A função principal da firma não é a agrupar tecnologia, mas a economia de custos de transação, visto que no seio da firma, sob uma estrutura hierárquica, pode ser celebrado vários contratos, possibilitando ir ao mercado somente quando não for vantajoso internalizar a transação. Menor número de contratos no mercado favorece a regularidade em algumas transações, o que reduz a incerteza, considerando a racionalidade limitada dos agentes (COASE, 1937).

Williamson escreve que as falhas de mercado não são consequência da incerteza presente nas relações econômicas, mas sim pela reunião de duas variáveis, a racionalidade limitada e o oportunismo (WILLIAMSON, 1985). A abordagem da Nova Economia Institucional difere do paradigma "estrutura-conduta-desempenho" (CONCEIÇÃO, 2001). São as transações que ditam a forma de organização das empresas, quais estruturas e quais atividades econômicas irão desempenhar em suas atividades operativas e quais irão desempenhar no mercado.

Como todo o esquema de funcionamento da organização econômica se baseia na "transação", através do enfoque de estrutura de mercados e hierarquias, é possível analisar quão custoso é elaborar um contrato, colocá-lo em execução e fazer respeitar suas complexas condições, ante as condições imprevisíveis farão com que a empresa decida evitar o mercado e recorrer a modelos hierárquicos de organização (CONCEIÇÃO, 2001).

Na perspectiva microeconômica para Nova Economia Institucional, as instituições são fundamentais para proteger estas transações, dando mais ordem ao sistema capitalista. O objetivo é estabilidade das relações econômicas e sociais, bem como uma tentativa no ambiente macroinstitucional, a partir de Douglass North, de avançar em uma teoria que relacione esta maior estabilidade ao desenvolvimento econômico (SIMÕES, 2014).



Instituições são regras formais e informais que definem as regras do jogo, que dão eficiência ao sistema, relaciona fortemente instituições a padrão de eficiência do sistema e justificando que a evolução destas instituições se dá pelo padrão de eficiência (CONCEIÇÃO, 2001).

As instituições são motivações para reduzir a incerteza neste cenário de racionalidade limitada e oportunismo, especialmente as instituições informais, que podem contribuir para a limitação do oportunismo, cumprimento à lei e consciência de que os contratos devem ser cumpridos.

Os indivíduos adotam modelos mentais para realizar suas escolhas, entretanto, a informação incompleta e a capacidade mental limitada para processar informações e o fato de a informação ser assimétrica na troca, gera custos de transação. Instituições são formadas para reduzir a incerteza no intercâmbio humano, pois como mencionado por Ronald Coase, os mercados não são eficientes e geram custos de transação. Ocorre que boa parte da renda nacional é dedicada a cobrir custos de transação, sendo que as instituições são fundamentais para a eficiência dos mercados (NORTH, 1990).

Para Douglass North (1990) a linguagem e modelos mentais definiram o quadro institucional e ao serem passados de geração em geração como costumes, tabus, mitos formam a cultura são uma parte da chave para a *path dependence*. A evolução da economia e política na solução dos problemas da escassez exigiu estruturas institucionais mais completas para garantir aos proprietários os ganhos do comércio em trocas cada vez menos pessoais e mais anônimas.

A personalidade na relação econômica e o histórico de desempenho permite acumular informações que podem reduzir os custos de transação. Entretanto as implicações da tecnologia moderna na produtividade, a especialização e da divisão do trabalho criou um mundo econômico caracterizado por mercados impessoais, para operacionalizar tudo isso é necessário criar instituições para alinhar os incentivos de cada racional.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Segundo Bresser-Pereira (2006), desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade e da renda por



habitante, acompanhado de um processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Destaca, que uma vez iniciado tende a continuar na medida que o sistema e o mercado se retroalimentam com nova acumulação de capital e conhecimento técnico.

Aplicação de capital produtivo e progresso técnico dependem dos incentivos fornecidos pelas instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) de cada local. A moderna teoria econômica deixa claro que instituições 'positivas' são fundamentais para o desenvolvimento e que o Estado, na sua qualidade de principal instituição normativa e organizacional, deve ser instrumento e ação coletiva para a partir de uma estratégia nacional promover o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Segundo Bresser-Pereira (2006) firmas com seus empresários empreendedores buscando obter vantagens no mercado, incorporam progresso técnico à produção, conseqüentemente aumentando a produtividade e fazendo disso uma condição de sobrevivência. Esta aplicação do capital em atividade produtiva ocorre dentro de uma firma, que junto com mercado e Estado formam um conjunto de instituições que geram desenvolvimento.

O Estado define a lei e impõe a ordem jurídica. Para que haja desenvolvimento é essencial que se tenha além destes fatores, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É possível que ricos e pobres cresçam e se desenvolvam sem necessariamente reduzir as diferenças que há entre eles. Por outro viés, trabalhadores não qualificados ou aqueles que não conseguirem se inserir no sistema podem ser inclusive prejudicados pelo desenvolvimento econômico.

Bresser-Pereira (2006) ressalta que o desenvolvimento implica mudanças estrutural, institucional ou cultural. A permanente tensão entre classes sociais, a busca pela aproximação entre empregados e empregadores, ricos e pobre, direita e esquerda é normal e necessária. Entretanto deve se ter consciência de que é preciso estar unido para competir internacionalmente, para crescer e se desenvolver, ter a ideia de nação presente é ter objetivos comuns e compartilhamento de um destino comum.

Douglass North (1990) atribuía a matriz institucional a chave do problema econômico, e não o avanço tecnológico e a acumulação de capital como previsto pela



literatura econômica. Uma matriz que estimule a acumulação de capital físico e humano sim é a chave para o crescimento. As razões para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estão muito mais relacionadas as matrizes institucionais do que em relação a tecnologia e acumulação de capital.

A falta de desenvolvimento deriva justamente da ausência de hábitos, regras, costumes, leis capazes de estimular o aumento do capital e o conhecimento, que são chaves para o desenvolvimento de atividades produtivas (NORTH, 2003).

A Nova Economia Institucional ressalta que um arranjo institucional eficiente contribui para que se tenha mercados eficientes, que conduzam as partes a maximizar suas renda. Segundo Douglas North (1990), os jogadores devem ter claros os objetivos e a maneira de alcança-los, de modo que façam de acordo com as instituições, pois sabem que modelos errôneos ou oportunistas serão corrigidos e punidos, levando a sobrevivência apenas de modelos corretos de busca dos objetivos.

Ocorre que, em alguns países ou regiões as instituições nem sempre são criadas para dar eficiência para a sociedade, vide a cultura do deixa para amanhã, jeitinho brasileiro e relativização contratual. Regras formais tem a possibilidade de serem facilmente alteradas e com efeitos imediatos à servir aqueles indivíduos da organização que usaram de sua influência para influenciar a impessoalidade e a isonomia do Estado.

Douglass North (1990), ressalta que uma política de desenvolvimento bem sucedida implica uma compreensão da dinâmicas da mudança econômica atual e um olhar atento para a forma como as organizações políticas atuam na sociedade. Esta estrutura tem emergido a partir da Nova Economia Institucional, que sugere políticas de desenvolvimento diferentes do que economistas tradicionais de desenvolvimento. Estes que tendem a não tratar ou tratar o Estado como um agente benigno nos processos de desenvolvimento.

Cientes de que as regras formais são realizadas diretamente através da ação do Estado, que é gerido por um agente representante de uma organização política, torna-se fácil compreender que o Estado sim influencia as trajetórias de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Um Estado, que não possui um bom sistema político propicia o surgimento e a manutenção de arranjos ineficientes, por vontade dos governantes a serviço de seus partidos.



Para North (1990) um arranjo eficiente, que maximize a produção e incorpore recursos e tecnologia, depende da dinâmica política e cultural de uma sociedade. Este conceito de eficiência passou a significar eficiência adaptativa, onde em uma sociedade a medida de eficiência se dará pela capacidade de se adaptar ao longo da história (GALA, 2003).

As trajetórias de desenvolvimento estão vinculadas a mudanças institucionais que gerem instituições certas. Douglass North define que a concorrência é chave para a mudança institucional. A competição fará com que as organizações invistam continuamente em habilidades e conhecimentos para sobreviver, processo este que melhora a matriz institucional da qual dependem. Se a trajetória for certa e positiva as empresa terão incentivos em manter ás estruturas institucionais eficientes, já que lhes proporcionam ganhos econômicos. *“A mudança econômica é um processo onipresente, contínuo e incremental que é uma consequência das escolhas que os indivíduos, empresários e organizações estão fazendo a cada dia”* (NORTH, 1990, p. 10).

A forma como as regras formais e informais são executadas é que determina o desempenho econômico. A política tem influência significativa neste processo conduz ao poder quem define e aplica as regras do jogo, por isso clareza e eficiência são fundamentais para levar ao desenvolvimento.

É fundamental instituições que preservem as liberdades e os direitos a propriedade, de forma estável a permitir sistemas que promovam a alocação eficiente dos recursos para quem realmente é competitivo, fornece as melhores condições para o povo e mantém-se preocupado em inovar, incorporar conhecimento e tecnologia, que serão as chaves para a indução de boas instituições.

Instituições não geram desenvolvimento econômico, mas proporcionam meios para que ele ocorra. Esta também é a visão de Acemoglu e Robinson (2012), que procuram entender o desenvolvimento econômico dos países no livro *“Porque as Nações Fracassam”*, a partir das instituições e da forma como os indivíduos se organizam em torno da política e do Estado.

É preciso que a matriz institucional evolua, de modo a estar sempre em um padrão de eficiência a ponto de gerar incentivos para acúmulo de capital físico e humano, e



incorporação de progresso técnico. A grande questão é por que não eliminar as instituições ineficientes e implantar outras. Como relatado por Acemoglu e Robinson (2012) pode haver interesse principalmente da classe política ou grupos dominantes em manter a matriz institucional existente para não perder seus privilégios.

As instituições não são neutras e podem proporcionar explicações sobre trajetórias específicas. Assim, uma dada estrutura política e institucional induz à formação de uma lógica de mercado que orienta e dirige a trajetória de crescimento. O vínculo entre crescimento e instituições é realizado pelo conceito de mudança, que pressupõe inovações. A inovação é o centro do processo através do qual os paradigmas tecnológicos são criados e destruídos (CONCEIÇÃO, 2001).

A Matriz Institucional resultante impõe severas limitações ao conjunto de escolhas dos empreendedores quando esses buscam inovar ou modificar as instituições de forma a melhorar suas posições políticas ou econômicas. O quadro institucional irá definir a direção da aquisição de conhecimento e habilidades, e essa direção será o fator decisivo para o desenvolvimento dessa sociedade a longo prazo (NORTH, 1990).

Desde o início da década de noventa, North (1990) tem enfatizado a importância das instituições certas como explicação central para o progresso econômico. Bresser-Perreira (2006) diz que a moderna teoria econômica deixa claro que instituições 'positivas' são fundamentais para o desenvolvimento econômico e que o Estado é munido de meios para promover o desenvolvimento econômico.

Acemoglu e Robinson (2012) no livro "Por que as nações fracassam" atribuem como causa do fracasso das nações as instituições extrativas, que de acordo com seu magistério, pavimentam o caminho para a falência completa do Estado. Instituições extrativas destroem não só a lei e a ordem, mas também os incentivos econômicos mais básicos.

Instituições e organizações formam a Matriz Institucional, que em interação buscam evoluir e chegar ao máximo próximo das instituições certas. A eficiência do sistema e desenvolvimento econômico estão diretamente relacionados com a qualidade das instituições. North (1990) ressaltava que as mudanças institucionais eram até mais importantes do que mudanças tecnológicas (PIAIA, 2013). Pode-se dizer de acordo a



economia institucional que o conceito de evolução das instituições é muito presente na análise institucionalista e que a inovação é elemento central (CONCEIÇÃO, 2001).

4 RAZÕES INSTITUCIONALISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Na proposta de North (1990), tem-se que o ambiente econômico e social dos agentes é rodeado de incertezas, que geram custos de transação. As instituições formais e informais possuem *path dependence* e destinam-se a reduzir estes custos de transação. Uma matriz institucional eficiente é aquela capaz de estimular o desenvolvimento das organizações e dos indivíduos na economia, sociedade e política. No conceito institucionalista, inovação e mudança tecnológica são elementos fundamentais para o aprimoramento da matriz institucional e o desempenho econômico da sociedade ao longo do tempo (GALA, 2003).

Nestas premissas, várias são as hipóteses a justificar a pobreza ou a prosperidade dos povos. Como visto já no final do século XIX, o Antigo Institucionalismo buscou teorizar sobre a influência das instituições na economia. A partir dos escritos de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North, teóricos da Nova Economia Institucional, o tema ganhou relevância inclusive levando-os a individualmente serem agraciados com Nobel de Economia. Encontrar uma teoria que explique satisfatoriamente as origens da prosperidade e da riqueza, não é tarefa fácil, os mais cômodos atribuem a geografia e cultura o subdesenvolvimento ou o desenvolvimento de determinado país ou região, entretanto em uma análise mais aprofundada percebe-se as limitações destas teorias.

A hipótese de que a geografia local induz o desenvolvimento ou subdesenvolvimento é uma teoria muito aceita em termos de análise da desigualdade econômica e social. Locais muito quentes são considerados indutores de povos mais preguiçosos e menos empreendedores o que levaria a consequência de serem mais pobres. Segundo Acemoglu e Robinson (2012) tal teoria não se sustenta quando nestas condições geográficas encontram-se países extremamente ricos como Cingapura e Malásia, por exemplo.



Do mesmo modo em relação ao relevo pode-se observar que na península da Coreia, dividida por uma linha imaginária, que divide não só a Coreia do Norte e Coreia do Sul, mas também o extremo desenvolvimento econômico ao lado sul e a extrema pobreza ao norte. Neste local é possível identificar com clareza a importância de algumas instituições, como propriedade privada, segurança jurídica e direito a liberdade, que não existem na Coreia do Norte (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

A hipótese geográfica de que o relevo e o tipo de solo induziriam baixas produtividades agrícolas sendo portanto as causas da pobreza e subdesenvolvimento de algumas regiões também não se sustenta. Basta analisar que em algumas regiões do Brasil e inclusive na África a baixa produtividade e a pobreza pouco tem a ver com a qualidade do solo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Talvez melhor explicação para a disparidade entre produtividade do solo encontra-se na análise da forma desigual como foi disseminada as tecnologias no campo. A forma como foi conduzido o processo de modernização no campo, pode beneficiar alguns e excluir outras regiões sem estar diretamente relacionado o relevo ou qualidade do solo.

No Rio Grande do Sul, talvez o problema esteja muito mais relacionado a incapacidade de incorporar tecnologia e inovação compatíveis com a qualidade, relevo e dimensionamento da propriedade do que com o solo propriamente dito. Basta olhar para o campo na metade sul que por décadas permaneceu improdutivo. Mais nítida é a comparação em relação aos relevos acidentados na região de Caxias do Sul com uma agricultura de altos ganhos por hectares e os relevos acidentados na região do Médio Alto Uruguai com dificuldades econômicas.

Muitos países, tal como Japão e China e muitas regiões atravessaram longos períodos de estagnação ou de dificuldades econômicas e após medidas direcionadas pelas instituições (Estado, Organizações...) chegou-se a um estágio de crescimento acelerado (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). O caso da Argentina que no início do século XX tinha uma economia desenvolvida não conseguiu sustentar por falta de uma matriz institucional eficiente e não por culpa da geografia. Hoje a mesma nação ocupa o mesmo território, sob o mesmo solo, sob o mesmo clima e talvez seja o único país do mundo a se tornar um país subdesenvolvido mesmo após ter sido um país rico.



A hipótese de que a cultura induz a pobreza ou prosperidade é uma teoria que analisa crenças, valores, éticas e religião na trajetória alcançada pelo país. Segundo Acemoglu e Robinson (2012) há quem diga que os africanos nunca ficarão ricos porque acreditam em feitiçaria e magia, resistido às inovações ocidentais. Do mesmo modo aos latino americanos é imputado a tendência de querer deixar tudo para o amanhã, jeitinho brasileiro e boa vida.

Esta hipótese é útil para compreender as desigualdades, pois muitas vezes as normas sociais que estão relacionadas a religião, ética e valores são elementos que compõem o ambiente institucional. A confiança e a cooperação são importantes, entretanto são produtos do ambiente institucional, que sim pode ser uma hipótese mais conforme de análise da trajetória de determinado local (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). A reputação e a confiança são instituições informais e podem sim ser influenciadas pela cultura, entretanto, muito mais do que isso, a manutenção dos pactos decorre do cunho punitivo e pedagógico que as instituições eficientes podem mostrar para a sociedade..

Acemoglu e Robinson (2012) ilustram novamente com o exemplo a península da Coreia que retrata muito bem as limitações da análise a partir da cultura. Mesmo país, mesma etnia e mesma cultura, separados a mais de meio século desenvolveram matrizes institucionais diversas levou a resultados econômico e sociais muito diversos. A Coreia do Sul preservando a propriedade privada, segurança e liberdade mantém índices elevados de desenvolvimento humano, enquanto a coirmã, Coreia do Norte, altos índices de pobreza e baixíssimo nível desenvolvimento humano.

A resistência a inovação e a adoção de melhores tecnologias estão diretamente relacionados a falta de incentivos para tanto, muito mais do que a hipótese cultural. A incerteza institucional quanto a propriedade e falta de segurança pode ser um fator decisivo para a diminuição da confiança entre as pessoas. Do mesmo modo, contradizendo a cultura como variável de medição de prosperidade, pode-se destacar que a religião protestante inicialmente estava relacionada ao sucesso econômico, vide caso da Holanda e Inglaterra, entretanto países como a França e Itália, alcançaram níveis de prosperidade mesmo sendo católicos (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).



Analisando a partir de aspectos relacionados a “cultura nacional”, leva-se a acreditar que existe influência de modo a justificar a prosperidade. Segundo Acemoglu e Robinson, se fosse verdade colônias britânicas como Serra Leoa e Nigéria deveriam ter os mesmos padrões de desenvolvimento dos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Estas divergências quanto a cultura de colonização são marcantes na América Latina, onde Chile e Uruguai, apresentam amplas divergências em relação a Peru e Bolívia.

A hipótese geográfica e a hipótese cultural são teorias populares para explicar a origem da riqueza e da pobreza em alguns países ou regiões, entretanto para compreender as desigualdades tem-se que compreender que *“os países pobres são pobres porque os detentores do poder fazem escolhas que geram pobreza. Erram, não por equívoco ou ignorância, mas de propósito.”* (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 53). É uma explicação muito mais plausível do que atribuir ao clima, cultura, relevo e religião o desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um determinado local.

A nível municipal, a proximidade do poder público com a sociedade pode ser tóxica a ponto de modificar as instituições formais e informais em uma rapidez única. A administração pública municipal, mais próxima dos indivíduos e das organizações pode comprometer-se em conceder privilégios, alterar legislação ou licenças de sua competência, por pressão, influência ou acordos eleitorais.

Portanto, para compreender a economia e o desenvolvimento econômico não se pode ignorar a política, muito pelo contrário é preciso compreender como os diferentes tipos de políticas e acordos sociais afetem os incentivos e comportamentos econômicos.

É por isso que Acemoglu e Robinson (2012), atribuem muito mais a prosperidade e a pobreza às instituições políticas do que a aspectos culturais e geográficos. Estas instituições são classificadas como inclusivas ou extrativas, que por sua vez geram instituições econômicas de iguais qualidades. Estas instituições influenciam o funcionamento da economia e moldam os incentivos que motivam a população, para a prosperidade ou para a manutenção da pobreza.

Instituições econômicas inclusivas garantem segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e acesso a serviços públicos de forma igualitária. Do mesmo modo o Estado tem que assegurar a liberdade de firmar contratos e garantir o seu fiel



cumprimento, com seu monopólio da coerção, impor a ordem, impedir roubos ou fraudes e fazer valer os contratos entre as partes, sejam elas públicas ou privadas (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

O Estado tem grande influência sobre as organizações privadas, tendo em vista os poderes pela democracia a ele atribuído. Além do monopólio de impositor da lei e da ordem, da propriedade privada e dos contratos, exerce o poder de autorização e fiscalização das atividades econômicas, gerando incentivos ou desincentivos às organizações.

Instituições econômicas inclusivas, *“são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades”* (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 58). O direito de abrir o próprio negócio, possibilidade de ter lucros para ser proprietário de bens materiais e imateriais, acesso a mercados em que possam usar suas competências ou o dinheiro, sem dúvida despertam a iniciativa empreendedora, a criatividade e a vontade de buscar educação e qualificação adequada para o trabalho e para a vida.

As organizações econômicas e políticas andam muito próximas, muitas vezes é até poluída a relação entre elas basta identificar os maiores doadores e apoiadores das campanhas eleitorais. Em nível nacional lá estão as maiores empreiteiras que pretendem beneficiarem-se em processos licitatórios em concorrência desleal. Em Municípios secretarias de assuntos econômicos ou sociais são ocupadas por cabos eleitorais de campanha, raramente por empresários, economistas, desenvolvimentistas ou pessoas com experiência e qualificação na área.

Este poder de mando adquirido pela “via democrática”, em muitos Municípios, Sindicatos e Associações, gera incentivos perversos para o sistema, geralmente penaliza os empreendedores e trabalhadores. É visível a utilização deste discurso para a ascensão da elite ao poder que manobrando a massa e prezando muito mais por populismo do que por empreendedorismo e criatividade na geração de emprego e renda para a população, ataca os benefícios de alguns para não atacar os seus.

O Estado interferindo em instituições econômicas leva ao desenvolvimento de instituições extrativistas, com a finalidade de extração de riqueza e renda de um segmento da sociedade (empreendedores, agricultores e profissionais liberais) para distribuição a



outros (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Ocorre também que uma parcela da sociedade expropriada não aparece na classe política que mantém estreitas relações com o Estado. Como diz Acemoglu e Robinson (2012, p. 60), “*instituições econômicas inclusivas precisam do estado e dele fazem uso.*” E ressalta o autor que as instituições econômicas extrativas também se valem do Estado, muitas vezes para legitimar descumprimento contratual, lesões a direito de propriedade e manutenção de privilégios.

Sintetizando Acemoglu e Robinson (2012) podem-se dizer que instituições econômicas inclusivas possibilitam e estimulam a população a empreender seus talentos e habilidades, assegurando a liberdade de escolha para produtor e consumidor. Esta matriz institucional permitirá que se desenvolva a atividade econômica, aumente a produtividade e a prosperidade da economia.

A teoria econômica ensina que o crescimento econômico baseia-se na acumulação de capital físico, humano e inovação tecnológica. Instituições econômicas inclusivas preparam terreno para tecnologia e educação que são motores da prosperidade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Joseph Schumpeter chamou esta sincronia de crescimento e mudança tecnológica de “destruição criativa” substituição do velho pelo novo, mais eficiente, que são conceitos que aproximam esta evolução tecnológica e melhorias econômicas com os processos de formação e evolução de instituições.

Ocorre que o Estado deveria garantir acesso plural ao poder e garantir que a lei seja cumprida de forma igual para todos. Incentivos na atividade econômica deve ser fornecido em situação de igualdade, sob pena de prejudicar a eficiência do sistema e gerar incentivos perversos, no comportamento dos administradores. A final de contas pode virar rotina o Estado cobrir os custos de administrações ineficientes.

O crescimento econômico é um processo transformador das próprias instituições, a forma como as organizações atuam, moldam e são moldadas pelas instituições, em um processo de evolução onde subsistem as eficientes (NORTH, 1990). O paternalismo estatal (municipal, estadual e federal) substitui a dinâmica evolutiva a partir da destruição criativa pela escolha de alguns campeões, relacionados politicamente com a elite detentora do poder.



Gestores públicos chegam ao poder utilizando-se da maioria menos favorecida, entretanto a mesma força que os faz chegar é a que utilizam para manterem-se no poder. Adotar instituições política pluralistas, que gerem instituições econômicas inclusivas com melhor distribuição, seria a chave para instituições inclusivas, mas isto não motiva a minoria que está no poder. Muito bem relata Acemoglu e Robinson (2012, p. 68) que: *“As pessoas que sofrem com instituições econômicas extrativistas não podem esperar de seus governantes absolutistas que voluntariamente transformem as instituições políticas e procedam a redistribuição do poder na sociedade.”*

O grande poder que o Estado possui enquanto instituição pode definitivamente moldar o comportamento dos indivíduos. Elevadas taxas de juros pode levar o investidor a manter o dinheiro seguro em um agência bancária do que investir em uma empresa para gerar emprego e bons produtos para a sociedade. Um Estado aparelhado e viciado volta-se contra empresários e trabalhadores em benefício da elite que vive de renda e aluguel.

A nível de competência municipal onde o poder público pode contribuir para a manutenção positiva da cultura do Município ao conceder isenção ou redução de ISS e IPTU, para aqueles que constroem preservando as características culturais. É uma visão moderna, pois os ganhos turísticos e culturais podem ser muito maiores que o valor da arrecadação direta. Ainda a nível local, o Município pode isentar de IPTU determinado terreno que atenda a função social, mas também pode utilizar-se da prerrogativa constitucional de majorar a alíquota de IPTU do imóvel que não cumpra sua finalidade.

A possibilidade de desapropriação por interesse público pode ser benéfica e juridicamente legal, mesmo em uma sociedade construída em princípios da liberdade e propriedade privada. Aliás, só é possível a desapropriação de quem é proprietário. O problema principal surge quando o ato administrativo está eivado de algum vício quanto a motivação, que pode não ser a de beneficiar o público e sim o interesse particular de algum indivíduo ou organização.

São situações em que as instituições políticas podem sair fortalecidas ou desacreditadas, o que sem dúvida tem reflexo direto nas instituições econômicas. A *path dependence* direciona e permite alguns pontos de vista, entretanto a motivação imediata



pode ser maior e prejudicar toda a matriz institucional no presente e comprometer a dependência de uma trajetória para o futuro.

O processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico que precede ou acompanha o desenvolvimento econômico, segundo relatado na visão de Bresser-Pereira (2006) depende fundamentalmente de boas instituições como o próprio destacou e como destacam Douglass North e Acemogou e Robinson. Desta análise pode-se dizer que as instituições políticas e o Estado tem função principal, pois o mercado enquanto instituição movida pelo mecanismo de preços tende a ser menos poluído do que o Estado enquanto instituição reguladora e incentivadora de instituições certas ou produtoras de pobreza e subdesenvolvimento.

Considerações finais

A Economia Institucional produziu conceitos extremamente ricos em torno das instituições. Inicialmente no Antigo Institucionalismo como um padrão de ação coletiva da humanidade, um padrão de comportamento, a forma de pensar dos homens. Teoria esta que nos permite entender porque os indivíduos se estruturam ou não em organizações políticas, econômicas, religiosas ou sociais para produzir o ambiente em que vivem. As condições de vida da população e seu nível de pobreza ou riqueza são processos melhores compreendidos levando em conta a forma como as instituições, Estado, mercado e organizações interagem.

A Nova Economia Institucional relaciona fortemente instituições a padrão de eficiência. Instituições certas e eficientes geram crescimento, pois reduzem os custos de transação e alinham os incentivos. Instituições são dependentes do passado, mas são corrigidas ou moldadas através de choques causados pela inovação e novas tecnologias, que obrigam a formação de novos arranjos e instituições mais eficientes.

Permeando o objetivo de deferir uma relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico destacou-se a necessidade de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico para desenvolvimento econômico. Segundo Bresser-



Pereira (2006) este processo, depende fundamentalmente das instituições formais ou informais que regem este sistema.

O poder das instituições políticas sobre as relações econômicas e sociais é pouco explicitada. Conformar-se com o subdesenvolvimento ou com a pobreza a partir de hipóteses geográficas e culturais é tarefa fácil, difícil é explicitar que organizações, indivíduos e sociedade não adotam determinados modelos de prosperidade por medo de perder seus benefícios na substituição do velho pelo novo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Estes obstáculos, geralmente causados pelo intervencionismo do Estado no mercado, impedem a destruição criativa, o crescimento e a evolução da matriz institucional, como ressaltado no decorrer do estudo.

O desenvolvimento econômico é um conceito histórico e compreendê-lo a partir da história permite entender a origem do progresso e do regresso econômico. Esta dependência muito ressaltada pela Nova Economia Institucional no conceito de *path dependence*, permite observar se as instituições tem evoluído ou mantém-se com os mesmos vícios do passado. Na compreensão da prosperidade e a riqueza das nações e nas análises econômicas institucionais inovação é um fenômeno que implica não em melhoria, mas sim em mudança ou rearranjos institucionais que garantem eficiência e estabilidade para um processo de desenvolvimento econômico.

Ocorre que, a intervenção ou omissão estatal tem prejudicado a evolução das estruturas, que evoluem a partir da mudança tecnológica ou institucional. Incentivos e subsídios para alguns, excesso de regulamentação ou inadequação de regras formais tem prejudicado a eficiência. O Estado tem bancado muitos setores e empresas ineficientes, que prestam um péssimo serviço ao consumidor.

Instituições políticas extrativas levam a instituições econômicas com as mesmas qualidades o que impede o desenvolvimento econômico, tanto a nível de país, estado, região ou Município (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Este compadrio prejudica a eficiência do sistema, impede mudanças de estrutura, prejudicando diretamente o avanço da economia de forma cíclica com a depuração das estruturas.



Observa-se cada vez mais frequente a mistura de interesses das organizações privadas com as organizações políticas como espécie de blindagem a destruição criativa. Regras formais são rapidamente alteradas para beneficiar os conchavos políticos ou não são alteradas com a rapidez que deveriam para viabilizar o acesso igualitário. Muitas vezes sequer se tem regras formais objetivas para que o pequeno empreendedor consiga atingi-las e trabalhar com segurança. A motivação dos indivíduos e das organizações para determinadas ações e omissões são moldadas a partir de instituições que conduzem a trajetórias de prosperidade ou de pobreza.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**/Daron Acemoglu e James A. Robinson; tradução Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

AREND, Marcelo. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionária**. Dissertação (Mestrado)–UFSC/PPGE, Florianópolis, 2004.

AZEVEDO, P. F. **Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura**. Agric., São Paulo, v. 47 (1), p. 33-52, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n. 157, 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

COASE, R. H., **The nature of the firm**. *Economica*, vol. 04, n.16, p. 386-405, nov. 1937. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **The problem of social cost**. *Journal of Law and Economics*, 1960. GALA, P. **A teoria institucional de Douglass North**. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

CONCEIÇÃO, O. A. C. . **Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?**. *Análise Econômica (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 25-46, 2001.



GUEDES, Sebastião NR. **Observações sobre a Economia Institucional: há possibilidade de convergência entre o Velho e o Novo Institucionalismo.** Encontro Nacional de Economia Política, v. 5, 2000.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e Instituições. Manifesto por uma economia institucionalista moderna.** Editora Celta, 1994.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

_____. **Institutions.** The Journal of Economic Perspectives, Vol. 5, No. 1. Winte, pp. 97-112, 1991. Disponível em: < <http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.5.1.97> >. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **The New Institutional Economics and development.** 1993. Disponível em: <www.econ.iastate.edu/tesfatsi/NewInstE.North.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PIAIA, T. C. **Instituições, Organizações e Mudança Institucional: análises e perspectivas.** Justiça do Direito (UPF), v. 27, p. 257-274, 2013.

SIMÕES, A. **Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-54, jun. 2014.